

DA HISTORICIDADE DOS SUFIXOS FORMADORES DE NOMES DE PROFISSÕES: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

THE HISTORICITY OF SUFFIX PROFESSIONAL NAME MAKERS: A DISCURSIVE ANALYSIS

*Michel Marques de FARIA¹
Vanise Gomes de MEDEIROS²*

“As palavras não são apenas nomes, (almas) que se dissolvem.
Elas são corpo (materialidade) e têm o peso da história”
Eni Orlandi (1995)

Resumo: em nosso trabalho, inscrito no campo da formação de palavras com ancoragem teórica em História das Ideias Linguísticas (HIL) no encontro com a Análise de Discurso (AD) de Linha Francesa (Pêcheux; Orlandi), propomos refletir sobre a historicidade dos sufixos -eiro e -ista, no que tange ao processo de formação de palavras para nomes de profissões. Assim, verificaremos como comparecem os discursos acerca destes sufixos em seis gramáticas do século XX e XXI, de forma que seja possível capturar e compreender não apenas suas regularidades como também suas irregularidades que ocorrem durante o processo de nomear uma profissão. Para isso, consideraremos que há um imaginário, já sedimentado, nos manuais gramaticais e em nossa cultura, de que enquanto o sufixo -ista é relativo às profissões de maior prestígio social (por ex. dermatologista, jornalista), ao passo que o sufixo

1 Graduando em Letras – Português e Língua Estrangeira Italiana da UFF – Universidade Federal Fluminense. E-mail: michelmarques@id.uff.br

2 Docente da UFF – Universidade Federal Fluminense, bolsista produtividade 2 do CNPq e CNE (FAPERJ). E-mail: vanisegm@yahoo.com.br

-eiro forma as profissões desfavorecidas de um prestígio e, muitas vezes, marginalizadas (por ex. borracheiro, carpinteiro). Nas gramáticas selecionadas (cf. texto), nos propomos refletir sobre as posições e tensões no processo de formação de nomes de profissões por esses dois sufixos.

Palavras-chave: formação de palavras; morfologia; História das Ideias Linguísticas; Análise do Discurso.

Abstract: In our work, enrolled in the field of word formation with a theoretical anchorage in History of Language Ideas (HLI) in the meeting with Discourse Analysis (DA) of the French Line (Pêcheux and Orlandi), we propose to reflect on the historicity of the suffixes *-ista*, regarding the process of word formation of names of professions. Thus, we will examine how discourses about these suffixes appear in six grammars of the 20th and 21st century, so that it is possible to capture and understand not only their regularities but also their irregularities that occur during the process of naming a profession. For this, we will consider that there is an imaginary, already sedimented in grammatical manuals and in our culture, that while the suffix *-ista* is related to professions of greater social prestige (eg dermatologist, journalist), whereas the suffix *-eiro* is related to disadvantaged professions without prestige and often marginalized (eg, Tire repairman, carpenter). In the selected grammars (cf. text), we propose to reflect on the positions and tensions in the process of formation of names of professions by these two suffixes.

Keywords: formation of words; morphology; History of Linguistic Ideas; Discourse Analysis.

Introdução

Luis Fernando Veríssimo publicou em fevereiro de 1995, em sua coluna do *Jornal do Brasil*, uma crônica em que comentava uma carta que recebera de uma leitora demonstrando estranhamento quanto ao funcionamento do sufixo *-eiro*. Para a leitora, diz o escritor, era estranho que brasileiro³ fosse o único adjetivo pátrio terminado em *-eiro*. Veríssimo diz que “existem suecos, ingleses e brasileiros, como existem médicos, terapeutas e curandeiros” e completa ainda que “as profissões de

3 Sobre o funcionamento do sufixo *-eiro* no gentílico brasileiro, ver FERRARI & MEDEIROS (2012) in *Revista da anpoll*, v.1, n. 32.



lixeiro e coveiro e carcereiro podem ser respeitáveis, mas o eiro é sinal de que elas não têm status. É a diferença entre jornalista e jornaleiro”.

A crônica de Veríssimo nos parece importante para iniciarmos o presente artigo, pois demonstra, ainda que de forma caricata, que há um saber gramatical já sedimentado em nossa cultura de que o sufixo *-eiro* é relativo às profissões de menor prestígio social e muitas vezes até marginalizadas (vide exemplos como: borracheiro, carpinteiro, lancheiro, lixeiro, dentre outras) e o sufixo *-ista* é relativo às profissões que gozam de prestígio social (vide os exemplos dermatologista, jornalista, neurologista, dentre outras). Esse saber já sedimentado está também cristalizado em nossos manuais gramaticais.

Promovendo uma reflexão acerca da historicidade dos sufixos *-eiro* e *-ista* como formadores de nome de profissões, analisaremos, no presente trabalho, um conjunto de seis gramáticas que foram publicadas entre os séculos XX e XXI, a saber: (i) *Elementos de gramática histórica*, (ii) *Manual de gramática histórica portuguesa*, (iii) *Gramática histórica do português contemporâneo*, (iv) *Gramática histórica da língua portuguesa*, (v) *Moderna Gramática Portuguesa* e (vi) *Gramática normativa da língua portuguesa*. Verificaremos como comparecem nas gramáticas os sufixos no estudo morfológico, de tal forma que seja possível promover uma reflexão discursiva acerca não apenas das regularidades como também das irregularidades que ocorrem durante o processo de formação de palavras que nomeiam profissões, além de verificar posições e tensões no processo de formação de nomes de profissões.

Para isso, três são os caminhos que percorremos em nossos gestos de análises. Buscamos pensar como os sufixos comparecem (ou não) nas gramáticas e como eles são tratados; objetivamos, ainda, refletir como as gramáticas, pelo menos até as quatro primeiras décadas do século XX, são atravessadas pelas políticas educacionais e, por fim, quais posições discursivas comparecem na descrição (ou não) do funcionamento desses sufixos. Por fim, é importante salientar que o presente trabalho se insere no campo da História das Ideias Linguísticas (Auroux, 2014) em articulação à Análise de Discurso (Orlandi, 2013b).

Análise do discurso e história das ideias linguísticas: duas teorias articuladas

Como dito acima, o presente trabalho insere-se dentro do quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) no encontro com o campo da His-



tória das Ideias Linguísticas (HIL)⁴. Tanto uma quanto outra são teorias que se ocupam de uma visão histórica da ciência⁵. Colocá-las, então, em articulação é compreender que a “AD e a HIL têm seus métodos específicos, mas a partir do contato entre esses dois domínios e das questões que um coloca ao outro, temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção” (NUNES, 2008, p.109). Ou seja, não se trata de atrelar uma teoria à outra, mas sim de pensar nosso(s) objeto(s) de estudo, isto é, gramática(s), tanto pelo aparato teórico metodológico da AD quanto da HIL.

Tomemos, então, a gramática para pensarmos a articulação entre AD e HIL. Pela ótica da HIL, as gramáticas são instrumentos de gramatização (AUROUX, 2014), e possuem o papel de conter, fabricar e estabilizar a língua. Sobre a gramática, Auroux (2014) afirma que ela

não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um instrumento linguístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. (AUROUX, 2014, p. 70)

É a gramática, a responsável por “engendrar/decompor enunciados” (AUROUX, 2014, p. 72) na língua imaginária⁶, tornando-a, então, representável.

Cabe, porém, fazer uma observação importante: considerar a gramática como instrumento linguístico e, por conseguinte, responsável por dar status de língua à uma língua não é sem consequência. Há sempre apagamentos de uma em detrimento de outra, conforme explica Auroux

Assim como as estradas, os canais, as estradas-de-ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio da humanidade. É claro, entre outras coisas, que as línguas, pouco ou menos “não-instrumentalizadas”, foram por isso mesmo mais expostas ao que se convém chamar *lingüicídio*. (AUROUX, 2014, p. 71)

4 A respeito do encontro de tais campos, com suas distinções, aproximações e distanciamento, conferir Nunes (2008).

5 Cf. Nunes (2008).

6 Orlandi (2008) apresenta a distinção de duas concepções de língua, são elas: a língua fluida e a língua imaginária. Para a autora, “a *língua imaginária* é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a *língua fluida* é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (ORLANDI, 2008, p.86).



Se a gramática, para a HIL, é concebida como instrumento de gramatização, pela ótica da AD, ela é pensada como discurso. Discurso que, para nós – analistas do discurso –, é efeitos de sentido daquilo que se diz.

Por isso, da mesma maneira que Orlandi (2013a) considera que, ao tomar o dicionário como discurso, é possível “ver como se projeta nele uma representação concreta da língua, em que encontramos indícios do modo como os sujeitos – como seres históricos-sociais afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia – produzem a linguagem” (p.118), na gramática, ao ser tomada como discurso, encontramos o que se supõe ser a representação da língua enquanto língua imaginária. Retomamos Orlandi (2013a)⁷ e consideramos que, na tessitura da gramática, já se inscreve a ideologia, ou seja, ela é organizada ideologicamente de uma forma e não outra. Essa organização é o que torna cada gramática particular pois, em sua estrutura, vem a reboque “o conhecimento linguístico, particular a cada autor”⁸ (p. 120) e suas condições de produção.

É, então, essa particularização que nos interessa, pois é o que nos possibilita ir a cada gramática que está elencada como nosso objeto de estudo e analisar, teoricamente, como aparecem nos estudos morfológicos os sufixos –ista e –eiro como formadores de nomes de profissões. Ao fazer isso, estaremos analisando os efeitos de sentidos que aparecem nas gramáticas selecionadas. E, para isso, consideraremos as posições discursivas que lá se encontram.

Quando pensamos, então, a gramática a partir dessa articulação entre a AD a HIL, temos que um objeto, que é tema comum nos estudos do campo da História das Ideias Linguísticas, acaba por receber um tratamento específico quando analisada pelo aparato teórico da AD. Nunes (2008, p. 110) aponta, por exemplo, a questão da autoria de uma gramática que segundo o autor

Não se trata apenas de identificar o autor empírico e de construir uma biografia que o apresente, mas sim de observar e descrever o funcionamento discursivo da autoria em determinadas circunstâncias. Mostrar, por exemplo, de que modo emerge uma posição de autor de gramática brasileiro (Guimarães & Orlandi, 2001), como essa autoria se modifica em certos momentos, como ela se institucionaliza ou não.

7 Em Orlandi (2013a), a autora expõe que “Na ‘fórmula’ do dicionário já vem sua ideologia, em outras palavras, ele é organizado ideologicamente de determinada maneira” (ORLANDI, 2013a, p.120). Fazemos então um deslocamento dessa concepção inicial da autora para as gramáticas que, da mesma forma que os dicionários, são instrumentos linguísticos.

8 Aqui, a autora também se refere aos dicionários, por isso, novamente fazemos um deslocamento dessa concepção inicial por concordarmos que, nas gramáticas, ocorre o mesmo funcionamento.



Essa articulação entre AD e HIL nos permite, então efetuar

leituras que remetem esses discursos a suas condições de produção, considerando-se a materialidade linguística na qual eles são produzidos e evitando-se tomá-los como documentos transparentes ou simplesmente como antecessores ou precursores da ciência moderna. Tais discursos atestam, de fato, modos específicos de se produzir conhecimento em determinadas conjunturas históricas. (NUNES, 2008, p. 110)

Os sufixos nas gramáticas: entre apagamentos e comparecimentos.

Para a elaboração do presente trabalho, elencamos como corpora um conjunto de seis gramáticas de circulação no Brasil entre os anos 1937 e 2014. São gramáticas históricas e normativas que foram publicadas antes e após a instituição da NGB. A escolha dessas gramáticas se deu para que pudéssemos explorar a historicidade dos sufixos ao longo do século XX/XXI entre gramáticas publicadas por Professores que fizeram ou não carreira docente no Colégio Pedro II.

Aqui, apresentaremos cada gramática de forma que possamos refletir, inicialmente, sobre o comparecimento ou não dos sufixos nas gramáticas analisadas.

A primeira gramática que analisamos é datada de 1937 e foi escrita pelo Professor Jaime de Sousa Martins⁹. Intitulada *Elementos de gramática histórica*, a obra não aborda, em nenhuma de suas unidades, os sufixos como elementos formadores de palavras (sejam elas profissões ou não). No que tange à morfologia, apenas trata da derivação de masculino/feminino e que esteja relacionada ao latim. Logo, em suas primeiras páginas, nos traz a informação de que foi elaborada para a 4ª série e está de acordo com o programa elaborado nos termos do Art. 10 do Decreto nº 19.890.

Nossa segunda gramática de análise é de 1942, isto é, publicada cinco anos após a primeira gramática analisada. Escrita pelo Professor Serafim Silva Neto¹⁰, uma das primeiras informações que consta no *Manual de gramática histórica portu-*

9 Jaime de Sousa Martins foi “ex-lente do Colégio Salesiano de Santa Rosa, ex-lente do Ginásio Municipal de Lorena, do Ginásio Trentão de Athayde de Belo Horizonte” (MARTINS, 1937).

10 Serafim Silva Neto foi professor da Faculdade Católica de Petrópolis e do Instituto de Educação de Niterói.



guesa é de que ele está “de acôrdo com o Programa Oficial do 4º ano”¹¹. Tal como a primeira gramática analisada, trata da morfologia apenas ligada à língua latina. Porém, em seu prefácio, a gramática nos traz a seguinte informação “não incluímos a etimologia dos adjetivos, pronomes, numerais, advérbios, preposições e conjunções, visto que o Programa Oficial não exige êsse estudo” (SILVA NETO, 1942).

Tanto na gramática de Martins (1937) quanto na de Silva Neto (1942), constatamos que não comparecem os sufixos enquanto componentes de estudo em uma gramática. Se aquele apenas diz, em sua gramática, que ela está de acordo com o “Programa Oficial do 4º Ano”, o que já dá conta de justificar a presença do conteúdo X em detrimento da ausência do conteúdo Y, este vai além: justifica não incluir, pois o programa de ensino não contempla tal estudo.

Continuando nossos gestos de análises, entramos, então, na terceira gramática de nossa análise. Publicada em 1945, a *Gramatica historica do portugues contemporâneo*, do Professor Cândido Jucá Filho¹² é a primeira das gramáticas que, em morfologia, aborda tanto a morfologia latina quanto a criação vocabular (e aqui se incluem os sufixos). Esta não faz referência, em nenhum momento, como estando de acordo com “Programa do 4º Ano”.

Sobre os sufixos, Cândido Jucá (1945, p. 136) nos diz que “geralmente nada exprimem do rigoroso ponto de vista semântico, e cada um pode ser eventualmente uma coisa ou outra”. Aqui há, então, um apagamento do valor semântico dos sufixos. Eles até comparecem, mas se dá a informação de que nada exprimem do “rigoroso ponto de vista semântico”.

Cumprе salientar que, nesta gramática, os sufixos comparecem em lista, agrupados por sufixos de mesmo étimo com exemplos para cada sufixo. Daí que, com relação aos sufixos que nos interessam, isto é *-eiro* e *-ista*, ambos são listados com os seguintes exemplos (no que tange a nomes de profissões) “sapateiro” e “pianista”, respectivamente. Fica a pergunta: Se não exprimem valores semânticos, porque *-eiro* em sapateiro e *-ista* em pianista?

Nossa quarta gramática é de 1964, pós a instituição da NGB e escrita pelo Professor Said Ali¹³. A obra, intitulada *Gramática histórica da língua portuguesa*, trata, em seus conteúdos, dos sufixos como formadores de palavras (dos mais diver-

11 Manteremos em todas as citações a grafia original das gramáticas consultadas.

12 Cândido Jucá Filho foi professor do Colégio Pedro II, além de linguista e filólogo.

13 Said Ali foi professor de Alemão, do Colégio Militar e, posteriormente, do Colégio Pedro II.



os tipos). Tanto -eiro quanto -ista comparecem acompanhados de uma descrição quanto ao seu funcionamento seguida de inúmeros exemplos.

Com relação ao sufixo *-eiro*¹⁴ o autor diz que

Extraordinariamente produtivo é o sufixo *-eiro*, *-eira*, na formação de nomes com que se caracterizam homens e mulheres pelos seus ofícios, negócios e outras ocupações: pedreiro, barbeiro, peixeiro, artilheiro, lavadeira, fiandeira, parteira, cesteiro, banqueiro, bombeiro, carteiro, sineiro, toureiro, carroceiro, leiteiro, sapateiro, cozinheiro, relojoeiro, aventureiro, corrieiro, gaioloeiro, pregoeiro, marinheiro, taverneiro, catraeiro, vendeiro, lueiro, mineiro, copeiro, chaveiro, etc. (ALI, 1964, p. 241)

Já quanto ao sufixo *-ista*, Said Ali aponta que

a par desta série de nomes existem outros, na maior parte modernamente criados ou importados do estrangeiro, com que se designam indivíduos cuja ocupação se relaciona com o objeto a que se refere o termo derivante: florista, flautista, jornalista, copista, dentista, fadista, cronista, maquinista, latinista, helenista, trocista, rabequista, paisagista, acionista, seminarista, novelista, romancista, folhetinista, naturalista, estadista, dormidista, etc. (ALI, 1964, p. 244)

Said Ali, ao contrário de Cândido Jucá, não apenas apresenta os sufixos como explica, do ponto de vista histórico, o funcionamento de cada um: *-eiro* (que o autor considera “extraordinariamente produtivo”) forma nomes que caracterizam homens e mulheres “pelos seus ofícios, negócios e ocupações”. Já, o sufixo *-ista* forma profissões que designam indivíduos cuja ocupação se relaciona com o objeto a que se refere o termo derivante.

A listagem dos exemplos em Said Ali nos deixa entrever uma separação entre profissões com *-eiro* e *-ista*: as primeiras, indicando profissões de menos prestígio; já as segundas, profissões de maior prestígio. Há, no entanto, pequenos estranhamentos, como é o caso de banqueiro no primeiro grupo e de florista ou dormidista no segundo grupo. Mais adiante voltaremos a estas supostas rupturas.

Há, ainda, mais duas gramáticas, também pós-NGB, que compõe o presente trabalho. São elas: a) *Moderna Gramática Portuguesa*, do Professor Evanildo Bechara¹⁵;

14 Said Ali (1964) explicita que o sufixo *-eiro* (p. 241) advém de *-ario* (lat. Clássico).

15 Foi Professor de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II. É Professor Titular e Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF)



e, b) *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, do Professor Rocha Lima¹⁶, ambas com edições publicadas em 2009 e 2014 respectivamente.

Ao analisarmos a *Moderna Gramática Portuguesa*, do professor Evanildo Bechara, em sua 37ª edição, observamos que o gramático traz os sufixos com a seguinte informação:

os sufixos dificilmente aparecem com uma só aplicação; em regra, revestem-se de múltiplas acepções e empregá-los com exatidão, adequando-os às situações variadas, requer e revela completo conhecimento do idioma. Ao lado de valores sistêmicos, associam-se aos sufixos valores ilocutórios intimamente ligados aos valores semânticos das bases a que se agregam, das quais não se dissociam. (BECHARA, 2009, p. 357)

Ainda em sua obra, Bechara (2009) separa os sufixos em “funções”. Dessa forma, o autor atribui ao sufixo *-eiro* duas funções: a) “formação de nomes de agente, e ainda instrumento, lugar”; b) “para significar causa produtora, lugar onde se encontra ou se faz a coisa denotada pela palavra primitiva”. Ao sufixo *-ista*, o gramático dá três possíveis funções: a) tal como o *-eiro*, o *-ista* também faz “formação de nomes de agente, e ainda instrumento, lugar”; b) “para formar nomes de naturalidade”; e c) “para formar nomes que indicam a maneira de pensar; doutrina que alguém segue; seitas; ocupação relacionada com a coisa expressa pela palavra primitiva”.

Como exemplos de sufixos de agente, o autor ilustra profissões¹⁷ como *padeiro* e *vendeiro* para exemplos do sufixo *-eiro*, e *dentista* e *jornalista* para exemplos do sufixo *-ista*. Fornece-nos, ainda, a seguinte explicação em uma nota de rodapé:

é constantemente contrariada pela realidade da língua a hipótese de se estabelecer uma distribuição complementar entre tais construções agentivas calcada nos critérios ‘grau prestígio social’, ‘formalidade’ e ‘grau de especialidade’. Não se podem deixar de lado os valores semânticos dos elementos que integram os constituintes e seus reflexos não só nos produtos derivacionais mas também as motivações de contexto. (BECHARA, 2009, p. 358)

Não há, contudo, no que concerne à formação de profissões, explicação que diferencie o uso de *-eiro* e *-ista*. Na Gramática de Bechara, como ocorre em tantas

16 Foi catedrático de português do Colégio Pedro II

17 Bechara não utiliza apenas profissões para exemplificar os sufixos. Porém, nos ateremos às profissões que são objeto de estudo de nosso trabalho.



gramáticas, o exemplo tem a força da definição. Melhor explicando, não se define, não se explica; vale-se do exemplo como indicador de regra da língua.

Por fim, temos a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, do professor Rocha Lima, em sua 52ª edição. Ao tratar da derivação sufixal, o gramático nos diz que:

Ao contrário dos prefixos, que, como vimos, guardam certo *sentido*, com o qual modificam, de maneira mais ou menos clara, o sentido da palavra primitiva, os *sufixos*, vazios de significação, têm por finalidade formar série de palavras da mesma classe gramatical. Assim, por exemplo, o único papel do sufixo *ez* é criar substantivos abstratos, tirados de adjetivos: *altivo* – *altivez*; *estúpido* – *estupidex*; *malvado* – *malvadez*; *surdo* – *surdez*; etc. (LIMA, 2014, p. 259)

Dessa forma, ao tratar do sufixo *-eiro*, Rocha Lima diz que o sufixo em questão “forma substantivos de substantivos” (LIMA, 2014, p. 260). Assim, ao determinar que o sufixo *-eiro* tem o papel de formar de substantivos de substantivos, o autor reduz o valor semântico de *-eiro*, transformando-o em mero formador de palavras. O mesmo ocorre com outros sufixos.

Para exemplificar o sufixo *-eiro*, o autor utiliza palavras como *barbeiro* e *toureiro*. Já, com relação ao sufixo *-ista*, o autor não explica o papel dele enquanto formador de palavras e, em seus exemplos, não nos dá indicação de profissões, mas utiliza palavras que indicam procedência (*nortista*), posição política (*socialista*) e correntes artístico-literárias (*modernista*), tais como “*catequista, evangelista, modernista, nortista, socialista*” (LIMA, 2014, p. 263).

Expostos, pois, os tratamentos dos sufixos nas gramáticas, a partir desse ponto podemos, então, refletir acerca das políticas linguísticas e das posições discursivas emergentes.

Gramáticas históricas e normativas, pré e pós-ngb: políticas linguísticas e posições discursivas

O percurso aqui empreendido privilegiou as políticas que atuam sobre a formulação das gramáticas. Assim, para analisar as políticas linguísticas em circulação nas gramáticas, temos pensando que há, primeiramente, um silenciamento dos sufixos como componentes integrantes de uma gramática histórica produzida nas primeiras décadas do século XX.



Tomando como exemplo as duas primeiras gramáticas analisadas, as de Martins (1937) e de Silva Neto (1942), ambas marcam em seus textos que estão de acordo com o “Programa do 4º Ano”. Ou seja, são gramáticas escritas tendo como base o conteúdo curricular que era ditado para a 4ª série. Contudo, Silva Neto vai além. Não apenas demarca estar de acordo com o Programa Oficial, como, em seu prefácio, explica que os conteúdos ausentes em sua gramática só estão ausentes pois o Programa Oficial não os contempla.

A partir de 1945, com a gramática de Cândido Jucá, vemos que há uma mudança não apenas na forma com que os conteúdos são apresentados, mas também no direcionamento das gramáticas. Os sufixos passam a comparecer nas gramáticas e deixa-se de demarcar que a obra está de acordo com o Programa Oficial do 4º ano (como vemos em Cândido Jucá Filho, Said Ali, Bechara e Rocha Lima). A partir dessa mudança, começamos a refletir, então, sobre o atravessamento nas gramáticas selecionadas pelas políticas linguísticas.

Para pensarmos sobre essa questão, é preciso recorrer à história dos currículos escolares no Brasil. A elaboração dos currículos escolares no Brasil está intimamente ligada aos conteúdos programáticos que eram ensinados no Colégio Pedro II. O artigo 10 do decreto 19.890/31, citado na gramática de Martins (1937) estipula que

os programmas do ensino secundario, bem como as instrucções sobre os methodos de ensino, serão expedidos pelo Ministerio da Educação e Saude Publica e revistos, de tres em tres annos, por uma commissão designada pelo ministro e á qual serão submettidas as propostas elaboradas pela Congregação do Colegio Pedro II. (BRASIL, 1931)

Além disso, conforme apontam Vechia & Lorenz (1998)

Muito embora a maioria dos programas [oficiais] tenha sido desenvolvida para o Colégio Pedro II, pode-se afirmar que representam, em certa medida, os programas do ensino secundário oficial, tendo em vista que o referido colégio era considerado modelo para outros estabelecimentos secundários do país.[...] Em pouco mais de cem anos de existência o currículo desse estabelecimento escolar foi alterado pelo menos vinte e uma vezes. A cada reforma curricular, um novo programa de ensino era organizado de acordo com as diretrizes traçadas. Através dos anos, os programas oficiais de ensino do Colégio exerceram influência, ainda que de forma indireta, sobre escolas secundárias existentes[...]. O currículo era um mecanismo utilizado na tentativa de conciliar os interesses do ensino superior e os objetivos próprios do ensino secundário. Os demais colégios eram incentivados a adequar os seus currículos e programas aos do Colégio Pedro II, principalmente a partir de 1854[...]. No período republicano a influência do Colégio se fazia sentir de forma



direta. Através do sistema de equiparação, os colégios públicos ou particulares que desejassem ter os privilégios do Colégio Pedro II, deveriam adotar currículos e programas iguais ou semelhantes aos do mesmo e submeter-se à fiscalização do poder central. (p. vii – viii)

Ainda sobre os Programas Oficiais, cabe uma informação importante. Eles eram elaborados por Professores do Pedro II e (i) ratificados por força de uma lei¹⁸ ou (ii) expedidos pelo Ministério da Educação e revistos de três em três anos por uma comissão de Professores do Colégio Pedro II¹⁹. Ainda que não tivessem sido ratificados por força de lei, influenciavam todos os demais estabelecimentos de ensino no país²⁰.

Qualquer que seja um dos três casos acima significa dizer que há um atravessamento político nas gramáticas de Martins (1937) e Silva Neto (1942) que é da ordem do ensino. Os autores, ao afirmarem em suas respectivas gramáticas, que estavam de acordo com o decreto 19.890/31 e/ou com o Programa Oficial do 4º Ano, demarcam a necessidade de dar legitimidade às suas obras. Afinal, tanto Jaime Martins quanto Serafim Neto, apesar de serem professores, não faziam parte do corpo docente do Pedro II.

Portanto, era necessário dizer ao leitor que, de alguma forma, aquela gramática estava dentro do que professores do Colégio Pedro II consideravam como o importante para se ensinar. As gramáticas de Cândido Jucá, Said Ali, Bechara e Rocha Lima, ao contrário, não vinham com tal demarcação. Afinal, todos os quatro foram Professores que fizeram parte ou a totalidade de sua carreira docente no Colégio Pedro II.

Consideramos, pois, as políticas linguísticas em circulação nas gramáticas, e refletimos, também, as posições discursivas que emergem na descrição (ou não) do funcionamento desses sufixos. Há, de imediato, duas posições a serem consideradas no que tange à formulação de gramáticas e, por conseguinte, à descrição ou não dos sufixos nelas.

A primeira é ser autor de gramática e não ser professor do Colégio Pedro II. Isso implica em dar status à gramática, demarcando-a discursivamente como

18 Programas Oficiais até 1898 eram produzidos pelo corpo docente do Colégio Pedro II e oficializado por meio de decreto ou portaria.

19 Cf. decreto 19.890/31 e posteriormente a Reforma de Campos (1931).

20 Programas Oficiais elaborados pelo Colégio Pedro II após 1898 e antes de 1931 não eram ratificados por lei ou decreto, mas, o Colégio era, de forma geral, exemplo a ser seguido, como vimos em Vechia & Lorenz (1998).

estando de acordo com os Programas de Ensino. Estes, por sua vez, são produzidos por Professores do Colégio Pedro II. É o que ocorre nas gramáticas de Jaime Martins e de Serafim Silva Neto.

A segunda posição é ser autor de gramática e ser professor do Pedro II. Essa posição, por si só, já dá status à gramática. Não é preciso, então, demarcá-la como de acordo com o Programa de Ensino vigente, pois quem escreve já está autorizado por ser parte integrante do corpo docente do Pedro II. É o que vemos que ocorre nas gramáticas de Cândido Jucá, Said Ali, Bechara e Rocha Lima.

Até aqui demos conta de apresentar as gramáticas, de trazer os silenciamentos e o comparecimento dos sufixos e refletir sobre as políticas linguísticas e as tomadas de posições que delas (as gramáticas) pudemos depreender no que tange à autoria e ao ensino. Afinal, como nos ensina Gadet e Pêcheux (2010), a “questão da língua é uma questão de Estado” (p. 37) que, como vemos no nosso caso, passa por uma questão daquilo que deve ser ensinado. Vamos passar agora para a depreensão das posições discursivas em relação ao que se diz, ou não se diz, sobre os sufixos em foco.

Voltando à historicidade dos sufixos nas gramáticas

No que tange aos sufixos, são três as posições discursivas:

a) Aquela em que são silenciados pelos Programas Oficiais de Ensino:

É o que vimos em nossas duas primeiras gramáticas analisadas. Tanto Jaime Martins (1937) quanto Silva Neto (1942) não descrevem em suas gramáticas o funcionamento dos sufixos, pois o Programa Oficial (do 4º ano) não contempla esse estudo.

b) Aquela em que os sufixos são apresentados, porém sofrem apagamento de seu valor semântico:

Cândido Jucá (1945), por exemplo, diz que os sufixos podem ser eventualmente uma coisa ou outra. Já, Lima (2014) diz que os sufixos só formam palavras de palavras. Tanto na obra de Jucá quanto na obra de Lima, os sufixos, mesmo comparecendo, não ganham importância semântica no estudo morfológico.

c) Aquela que considera para os sufixos em foco valores semânticos:

Desta tomada de posição discursiva, duas posições, distintas, se inscrevem.

Uma posição é com a gramática de Bechara, que aponta em sua gramática o fato de os sufixos possuírem “valores sistêmicos, ilocutórios e semânticos”. Mesmo citando em nota de rodapé, como vimos acima, que não se pode estabelecer um padrão para a formação de palavras por derivação sufixal (desconsiderando assim o caráter ideológico da nomeação), o gramático ilustra em seus exemplos: profissões desprestigiadas para *-eiro* e profissões prestigiadas para *-ista*. O autor não cita, por exemplo, a palavra “engenheiro” para *-eiro*, ou a palavra “manobrista” para o sufixo *-ista*.

A segunda posição encontramos na gramática de Said Ali (1964) que considera os valores semânticos dos sufixos, ao indicar que *-eiro* funciona na formação de nomes com que se caracterizam homens e mulheres pelos seus ofícios, negócios e outras ocupações e que *-ista* designa indivíduos cuja ocupação se relaciona com o objeto a que se refere o termo derivante. Não há, contudo, comentários ou observações acerca das irregularidades que podem ocorrer no processo de formação de nomes de profissões.

É preciso avançar nas reflexões e pensar os sufixos, também, do ponto de vista etimológico. Ou seja, para pensar a historicidade dos sufixos, precisamos investigar suas origens e evoluções.

Recorrendo, então, ao dicionário de Cunha²¹ (1999), temos que o sufixo *-eiro* é descrito etimologicamente como

suf. nom., forma evolutiva normal do lat. *-arius*, *ária*, que já se documenta em vocs. formado no próprio latim e que, desde as origens da língua portuguesa, vem sendo de extraordinária vitalidade na formação de derivados de cunho popular. A par de *-eiro*, *-eira*, a forma intermediária *-airo*, *-aira* ocorre, também, com alguma frequência, no português medieval, em vocs. que foram posteriormente refeitos por influência erudita: *auerssayro* (séc. XIII) por *adversário*, *calandayro* (séc. XIII) por *calendário*, etc. Cumpre observar que, segundo tudo indica, não se verificou em português a evolução *-airo* → *-eiro* (*-aira* → *-eira*); na realidade, os vocábulos latinos evoluíram independentemente em dois sentidos: (i) para *-airo* *-aira*, que foi depois refeito no erudito *-ário*, *-ária*; (ii) e para *-eiro* *-eira*, que se manteve em todos

21 Além de linguista e etimólogo, Antônio Geraldo da Cunha (1924-1999) foi filólogo e arquiteto

os períodos da história da língua. A. o suf. *-eiro -eira* forma substantivos de cunho popular, oriundos de outros substantivos, com as noções básicas de: (i) indivíduo que pratica uma ação (*pistoleiro*), que está incumbido de uma tarefa (*mensageiro*) ou que exerce uma profissão (*copeira*, *marceneiro*); (ii) indivíduo que fábrica objetivos (*cuteleiro*) ou que os vende (*livreiro*);[...]B. o suf. *-eiro -eira* forma, também, adjetivos de cunho popular, oriundos de substantivos, com noções básicas de: (x) relação, posse, origem: *caseiro*, *mineiro*, *passageiro*. Alguns desses adjetivos foram posteriormente substantivados: *caseiro* ‘aquele que toma conta da casa de alguém’ etc. C. Ocorre, ainda, nas mesmas acepções antes referidas, em vocábulos de origem francesa (*brigadeiro*), castelhana (*pistoleiro*) etc. Cp. -ÁRIO. (p. 285-286)

Vemos que o *-eiro*, enquanto sufixo formador de profissões sempre foi, conforme assinalou Cunha (1999) de “extraordinária vitalidade na formação de derivados de cunho popular” (p.285). Daí o já cristalizado no imaginário social de que o sufixo *-eiro* está na formação de profissões que não gozam de prestígio social.

Já com o sufixo *-ista*, Cunha (1999) aborda que este é um

suf. nom. (= cast. *-ista* = it. *-ista* = fr. *-iste* = ing. *-ist* = al. *Ist* etc.). deriv. do gr. *-istés* (> lat. *-ista*), que já se documenta em vocs. formados no próprio grego (como *batista*) e em numerosíssimos outros criados nas línguas modernas de cultura, alguns dos quais, particularmente do francês e do inglês, serviram de modelos para a formação de inúmeros derivados portugueses (como *empirista* < fr. *empiriste*, *egotista* < ing. *egotist*). A atestar a sua grande vitalidade na língua portuguesa, o suf. *-ista* (tal como *-ismo*, com que forma, habitualmente, partes do tipo *comunismo/comunista*, *salazarismo/salazarista* etc) participa também da formação de derivados de cunho nitidamente popular e com conotações irônico-pejorativas bem acentuados (como *machista*, *punguista*). Os derivados em *-ista* designam, preferencialmente: [...] (iii) profissão, ocupação, ofício (*dentista*, *pianista*); (p. 448 - 449)

Se ao sufixo *-eiro*, Cunha (1999) explicita que sua vitalidade está em formar nomes de cunho popular, ao sufixo *-ista*, não o aponta como formador de agentivos com grande prestígio, tal como *-eiro*. Ele o define como sufixo “que já se documenta em vocs. formados no próprio grego (como *batista*) e em numerosíssimos outros criados nas línguas modernas de cultura” (CUNHA, 1999, p.448). No entanto, ao exemplificar o *-ista* como formador de profissão, ocupação e ofício, cita *dentista* e *pianista*. Interessante é notar que, como vimos anteriormente em Cunha (1999) e em Said Ali (1964), o *-ista* é exemplificado sufixo de nomes que foram, na maior parte, criados ou importados do estrangeiro, tanto *dentista* quanto *pianista* são agentivos oriundos do francês (1844) e do italiano (1858) respectivamente, tal como indica Cunha (1999) nas respectivas entradas dos agentivos.

Antes de seguirmos adiante com nossas reflexões, queremos finalizar o que vimos até agora em nossas gramáticas analisadas e no dicionário etimológico de

Cunha. Para tal, buscaremos exemplificar os casos de jornaleiro e jornalista. Ambos se referem aos ofícios que se ocupam do jornal. Contudo, jornaleiro só é assim nomeado pois, por mais respeitável que seja seu ofício, não há status, pois ele é, simplesmente o “vendedor de jornal”²², é, como vimos em Cunha (1999) e Said Ali (1964), o -eiro na formação de vocábulos de cunho popular. O jornalista, ao contrário, faz um trabalho mais “nobre”: ele investiga informações, coleta-as e por fim as analisa para dar conta de produzir sua notícia ou reportagem. É um agentivo oriundo do francês e que se relaciona o objeto ao ofício.

Por fim, para dar cabo à nossa reflexão, queremos, ainda, pensar as falhas que ocorrem no processo de formar palavras. Para tal, tomaremos duas palavras que rompem com a distinção oposição prestígio *versus* não prestígio, a saber, banqueiro e manobrista.

A primeira é um agentivo que se refere, atualmente, ao indivíduo que “é proprietário de um banco” (HOUAISS, 2009). Etimologicamente, porém, banqueiro está relacionado, conforme aponta Cunha (1999) a banco (palavra de origem italiana cujo significado é ‘estabelecimento bancário’, 1508) e tem datação de 1512.

Com isso, podemos compreender que banqueiro, mesmo sendo um ofício de prestígio social, tenha em sua formação vocabular o sufixo -eiro. Tomando, pois, as questões sociais do período medieval, tínhamos clero, nobre e vassalos como classes sociais e, posteriormente, na “virada renascentista” surgem os burgueses. E, em sua origem, em pleno Renascimento, o banqueiro é, justamente, o burguês, ou seja, o homem livre que vivia na cidade e cuja dedicação voltava-se exclusivamente ao comércio e que, paulatinamente, ocupa-se de outros ofícios acumulando, pois, riquezas, isto é, dinheiro. Ou seja, banqueiro surge como profissão sem prestígio e, posteriormente, ganha prestígio.

Já, a segunda palavra que tomamos para exemplificar, isto é, manobrista, é um agentivo que designa aquele que é responsável por realizar manobras de embarcações ou veículos. Do ponto de vista etimológico, é uma palavra que está ligada ao léxico *manobra* e este, por sua vez, tem etimologia em *mão*. Quanto a este último, interessante é notar que Cunha (1999), em seu dicionário etimológico, nos apresenta, dentre tantos outros, os seguintes vocábulos como derivados do étimo *mão*: *manobra*, *manobrar* e *manobreiro*.

22 Cf. Cunha (1999), pg 456.



Uma das acepções possíveis para manobreiro é “indivíduo que dirige ou executa manobras” (HOUAISS, 2009). Mas não é qualquer manobra que a esse ofício é encarregada. Manobreiro é aquele quem faz manobras em linhas férreas ou, no meio náutico, em embarcações. Já, o manobrista é, geralmente, aquele que está à disposição dos clientes de um hotel de luxo ou de um restaurante cinco estrelas para acomodar os carros em vagas ou garagem²³.

Tanto manobrista quanto manobreiro são agentivos que designam aqueles que trabalham com manobras, dirigindo ou executando. Contudo, eles não são intercambiáveis. Isto significa dizer que onde um aparece o outro é silenciado.

Uma observação: sabemos, com Pêcheux, que todo ritual tem falhas, o que nos permite, embrionariamente, pensar a regra como ritual e a exceção como falha. É o caso em florista? Fica a pergunta: A que se deve o sufixo -ista em tal agentivo?

Palavras provisoriamente finais

As reflexões que portamos com esse trabalho são iniciais, mas necessárias para avançarmos em algo que nos interessa: os estudos dos sufixos à esteira de uma morfologia discursiva. Acreditamos, pois, que pensar a historicidade dos sufixos presentes em nosso trabalho é importante para compreender o processo de formação de palavras (e, no caso específico de nosso trabalho, o efeito de nomear uma profissão).

Acerca das irregularidades, há sempre aquelas palavras que fogem ao estabelecido (à regra da língua?), como é o caso, por exemplo, de banqueiro, de florista, de frentista... A língua falha. Somos indivíduos interpelados em sujeitos pela ideologia. Ao falarmos, inscrevemo-nos em uma dada formação discursiva que é sustentada por uma rede de sentidos. E é essa rede de sentidos que nos faz ter a não intercambialidade entre dois agentivos que nos leva a designar profissões de forma diferente. A distinguir na língua o que se distingue nas classes sociais. É o caso de manobreiro e manobrista. É a gramática, como nos aponta Auroux, afetando o dizer.

23 No Dicionário Eletrônico Houaiss (2009), a segunda acepção para manobreiro, tida como regionalismo no Brasil, enquanto substantivo masculino, é a “pessoa encarregada de manobrar veículos, acomodando-os em vaga ou garagem; manobrista”. Ou seja, indica-se no verbete a intercambialidade com manobrista. Já a quinta acepção consta que manobreiro, tida como termo da marinha, é “indivíduo experiente na prática das manobras de embarcações; manobrista”. Porém, quando aplicado como adjetivo, manobreiro é, em uma única acepção e em termo de marinha, aquele “que manobra bem (diz-se de embarcação, ger. veleiro)”.



Os sufixos, da mesma forma que as palavras, têm história. Uma história que é feita de silenciamentos, de apagamentos, e de deslocamentos. Deixamos aqui nossa provocação para que novos estudos surjam e possam avançar nos estudos discursivos morfológicos.

Referências

- ALI, Said,. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2014.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37^a ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999
- FERRARI, Alexandre; MEDEIROS, Vanise. *Na História de um gentílico, a tensa inscrição do ofício*. Revista da anpoll, v.1, n. 32, p.81-105, 2012.
- GADET, Françoise & PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível : o discurso na história da linguística*. 2^a ed. Campinas: Editora RG, 2010.
- HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 3.0 [CD-ROM]. 2009.
- JUCA FILHO, Cândido. *Gramatica historica do portugues contemporaneo*. Rio de Janeiro: Epasa, 1945.
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 52^a ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2014.
- MARTINS, Jaime de Sousa. *Elementos de gramatica historica*. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.
- NUNES, José Horta. Uma articulação da análise de discurso com a história das idéias linguísticas. Revista Letras Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, (orgs) Amanda Eloína Scherer e Verli Preti, no. 37, jan/jun, Santa Maria, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11982/7396> Acesso em: 18 dez. 2017.
- ORLANDI, Eni. *Terra à vista*. SP : Cortez, Campinas: ed. ad Unicamp, 2008.



_____. *Língua e conhecimento linguístico* : para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2013a.

_____. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*, SP Campinas: Pontes, 2013b.

SILVA NETO, Serafim da. *Manual de gramática histórica portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1942.

VECHIA, Ariclê & LORENZ, Karlz Michael (Orgs.). *Programa de ensino da escola secundária brasileira : 1850 - 1951*. Curitiba, Ed do Autor, 1998.

